

NEM TUDO QUE RELUZ É OURO: DESMESTIFICANDO A INTERFACE ENTRE O NOVO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO E O NOVO URBANO

Thayse Andrezza Oliveira do Bu¹
Thais Marculino da Silva²
Angela Maria Cavalcanti Ramalho³

Resumo: O presente estudo teve como objetivo, a partir de uma análise teórica e de revisão bibliográfica, compreender a essência da interface entre o novo paradigma de desenvolvimento (com ênfase no local) e o novo urbano, este que, está alicerçado no conceito de cidade-mercadoria. Desse modo, também buscou-se compreender as principais consequências socioambientais desse novo urbano espetacularizado. Conclui-se que o desenvolvimento local e a cidade-mercadoria são categorias aparentemente congruentes, mas, na essência, são incongruentes. Enquanto, o desenvolvimento local está alicerçado no conceito de fomentar as potencialidades locais e a segunda categoria se baseia na “importação” de modelos e a construção de imagens-sínteses, destruindo a diversidade própria das cidades. Ademais, vimos que a espetacularização das cidades se apresenta como um dos modelos de cidade-mercadoria, onde são poucos os que se beneficiam com a reestruturação urbana do espetáculo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Urbano. Cidade-Mercadoria. Espetacularização das cidades. Imagens-sínteses.

ALL THAT GLITTERS IS NOT GOLD: DESMYSTIFYING THE INTERFACE BETWEEN THE NEW DEVELOPMENT PARADIGM AND THE NEW URBAN

Abstract: The present study aimed to understand, based on theoretical analysis and bibliographical review, the essence of the interface between the new paradigm of development (with emphasis on the local) and the new urban, which is based on the concept of city-commodity. Thus, it also aimed to understand the main socio-environmental consequences of this spectacularized new urban. It was concluded that local development and the city-commodity are seemingly congruent categories, but in essence they are incongruent. Whilst the local development is based on the concept of fostering local potentialities, the second category is based on the "importation" of models and the construction of synthesis images, destroying the diversity which is inherent in cities. In addition, it was observed that the spectacularization of cities presents itself as one of the city-commodity models, where just few people benefit from the urban restructuring of the spectacle.

Keywords: Local Development. Urban. City-Commodity. Spectacularization of cities. Screenshots.

¹ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Departamento de Administração, Campina Grande - PB, Brasil, thayseandrezzaecon@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-0011-2005>

² Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Departamento de Administração, Campina Grande - PB, thais.marculino48@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-7227-7357>

³ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Departamento de Desenvolvimento Regional, Campina Grande - PB, angelamcramalho@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-8567-4367>

NI TODO QUE RELOE ES ORO: DESMISTIFICANDO LA INTERFAZ ENTRE EL NUEVO PARADIGMA DEL DESARROLLO Y EL NUEVO URBANO

Resumen: El presente estudio tuvo como objetivo, a partir de un análisis teórico y de revisión bibliográfica, comprender la esencia de la interfaz entre el nuevo paradigma de desarrollo (con énfasis en el local) y el nuevo urbano, que se fundamenta en el concepto de ciudad-mercancía. De ese modo, también se buscó comprender las principales consecuencias socioambientales de este nuevo urbano espectacularizado. Se concluye que el desarrollo local y la ciudad-mercancía son categorías aparentemente congruentes, pero, en esencia, son incongruentes. Mientras, el desarrollo local está basado en el concepto de fomentar las potencialidades locales y la segunda categoría se basa en la "importación" de modelos y la construcción de imágenes-síntesis, destruyendo la diversidad propia de las ciudades. Además, vimos que la espectacularización de las ciudades se presenta como uno de los modelos de ciudad-mercancía, donde son pocos los que se benefician con la reestructuración urbana del espectáculo.

Palabras clave: Desarrollo Local. Urban; Ciudad-mercancía. Espectacularización de las ciudades. Imágenes de síntesis.

Introdução

A intensificação do processo de transformação socioespacial urbano pode ser observada a partir do século XVIII com a Revolução Industrial. Contudo, é a partir do século XX, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, que o processo de expansão das cidades foi impulsionado, fruto, em grande medida, dos processos de industrialização, das revoluções técnico-científicas, do êxodo rural e do aumento do contingente populacional planetário (SILVA, 2012).

Com o colapso do Regime de Acumulação Fordista e o Modo de Regulação Keynesiano na década de 1970, e, por conseguinte, o surgimento do modelo de acumulação flexível, as cidades passaram a ter outras funções a medida que o capitalismo estava buscando novas formas de elevar sua acumulação. Como enfatiza Pontes (2006) enquanto no modelo fordista, as suas características (como: grandes empresas para aproveitar as economias de escala) levaram a concertação técnica da produção e, por consequência, a concentração espacial, na fase de acumulação flexível passou-se a dar ênfase às localidades como forma de sobrevivência do próprio sistema capitalista (PONTES, 2006; HARVEY, 2012).

Nesse contexto, o espaço se transformou em mercadoria reprodutível e, nesse cenário, nos últimos anos observa-se que os processos e projetos de urbanização das cidades estão se subordinando a uma lógica orientada pelos imperativos de mercado, culminando na concorrência entre as cidades. Assim, para se inserir no mercado globalizado, tem surgido, cada vez mais, políticas urbanas de

"vender a cidade" sob o argumento chave da teoria de desenvolvimento local, a saber: fomentar as potencialidades locais. Mas, para isso, é preciso se subordinar a certos modelos dominantes que gerarão a atração de fluxos de capitais internacionais (COMPANS, 1999; TEOBALDO, 2010).

Como consequência, conforme Silva (2012), surgiram diversas características específicas do meio urbano e que passaram a ser observadas em diversas cidades, como por exemplo, a conurbação urbana, a favelização e, mais recentemente, os processos de verticalização e espetacularização urbana, os quais veem promovendo novas ressignificações à dinâmica das relações sociais e gerando novos desafios junto às gestões municipais.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo, a partir de uma análise teórica e de revisão bibliográfica, compreender a essência da interface entre o novo paradigma de desenvolvimento, com ênfase no local, e o novo urbano, este que, está alicerçado no conceito de cidade-mercadoria; desse modo, busca-se também, compreender as principais consequências socioambientais desse novo urbano espetacularizado. Assim, para alcançar esses objetivos, é necessário, inicialmente, a compreensão do contexto de mudança do paradigma do desenvolvimento.

Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento local: mudança de paradigma

A área da Ciência Econômica que estuda o desenvolvimento econômico é a teoria econômica do desenvolvimento, que, embora tenha elementos de sua origem nos economistas mercantilistas e clássicos, surgiu como área autônoma nos anos 1940⁴. Tal fato se deu em meio à crise da teoria econômica neoclássica que, com o crash na Bolsa de New York e a grande crise econômica mundial de 1929 não tinha em seus postulados a resposta de como sair da grande crise. Assim, a teoria do desenvolvimento econômico nasce tendo como bases teóricas as obras dos

⁴ Os primeiros debates acerca de temas relacionados ao conceito de desenvolvimento surgiram no âmbito da Ciência Econômica. Ou seja, já no século XVIII, mais especificamente em 1786, o inglês Adam Smith, conhecido como Pai da Economia, investigou as causas e a origem das riquezas das nações, partindo da análise do processo de produção de mercadorias, com o intuito de compreender o porquê um país era mais desenvolvido que o outro. Assim, Smith percebe que o trabalho é a origem de toda a fonte de riqueza e não apenas oriundo do setor agrícola, como acreditavam os fisiocratas (pensadores antecedentes ao autor). Em outros termos, a criação da riqueza se daria pelo trabalho produtivo do trabalhador, que transforma as matérias-primas dos empresários em mercadorias, estas, por sua vez que têm valor de troca, de modo a gerar lucro para o proprietário das matérias-primas, razão de existência delas. Contudo, será a partir de David Ricardo que os estudos acerca do desenvolvimento econômico passam a ganhar mais fôlego. Desse modo, tentando resolver o antagonismo entre lucros e salários, Ricardo propõe que os países se especializassem na produção daquelas mercadorias em que fossem mais aptos a produzir e comercializar, daí surge a "propagada" teoria das vantagens comparativas (HUNT, 2005; OLIVEIRA, GENNARI, 2008).

mercantilistas, Smith, Ricardo, Marx, Schumpeter e Keynes, no qual, os primeiros modelos que foram construídos são necessariamente históricos. Conforme Bresser-Pereira (2008, p. 11-12):

Os primeiros modelos tratavam de como se inicia o desenvolvimento econômico em uma região pré-capitalista, discutiam a 'armadilha do desenvolvimento', o problema da oferta ilimitada de mão-de-obra, a acumulação primitiva e a poupança forçada, a revolução industrial e seus pré-requisitos.

Posteriormente, surgem os diferentes modelos ou estilos de desenvolvimento econômico, que passaram a analisar países específicos, assim, destaca-se: o modelo original de desenvolvimento dos países que iniciaram a revolução industrial, como a Inglaterra e a França; o modelo dos países de desenvolvimento atrasado do centro que jamais foram colônias como a Alemanha ou o Japão; o modelo de substituição de importações que começa nos anos 1930 nos países latinoamericanos; dentre outros (BRESSER-PEREIRA, 2006; 2008).

Ademais, dentre os modelos históricos também pode ser destacado o Desenvolvimento econômico promovido por inovações de Schumpeter (1997) e o desenvolvimento como o projeto social priorizando a efetiva melhoria das condições de vida da população, de modo que o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento, de Furtado (1967).

Em suma, entre 1940 e 1970, foram diversas as teorias sobre o desenvolvimento, e, de modo geral, eram modelos históricos que, apresentavam argumentos distintos que, por vezes, convergiam. Contudo, os modelos históricos tinham em comum a distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Onde, conforme Bresser-Pereira (2006, 2008), para os modelos históricos o desenvolvimento econômico é mais que crescimento da renda, está associado ao processo de transformação estrutural do país.

Contudo, a partir da década de 1970 passou a ser debatido uma mudança no paradigma de desenvolvimento vigente. E as razões para repensar o modelo de desenvolvimento estão relacionadas ao rumo que cada grupo de especialistas adotaram. Em outras palavras, a partir da década de 1970, surge teorias que enxergam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento (isso, no âmbito da Ciência Econômica ortodoxa), por sua vez, também passou-se a pensar um conceito de desenvolvimento que levasse em consideração o meio ambiente e, por fim, especialistas que passaram a dar ênfase, em suas teorias, ao local e, portanto, a um desenvolvimento endógeno.

Assim, no âmbito da Ciência Econômica, a partir dos anos 1970, quando o pensamento neoclássico volta a emergir como dominante, diante de uma grande "onda" ideológica neoliberal, a maioria dos economistas passaram a valorizar e debruçar os esforços intelectuais na construção de modelos matematizados (os chamados 'modelos de crescimento'; isto é, modelos radicalmente abstratos, baseados em funções matemáticas de produção que buscam relacionar o crescimento com determinadas variáveis). Em outros termos, o interesse dos economistas pelos modelos históricos diminuiu. Como explica Bresser-Pereira (2008), isso ocorre, porque os modelos históricos não se adaptavam às exigências de formalização matemática lógico-dedutiva da teoria econômica neoclássica.

Basicamente, esses modelos de crescimento econômico, tinham como base funções de produção inicialmente exógenas (nas quais o progresso técnico ou o capital humano eram exógenos), e, em um segundo momento, passaram a endogeneizar matematicamente essa variável. Verificou-se que o potencial explicativo dos modelos de crescimento era muito limitado (OREIRO, 1999; BRESSER-PEREIRA, 2006).

Logo, a partir deste momento, dentro do *maistream economics* o crescimento passa a ser visto como sinônimo de desenvolvimento econômico. Segundo Sachs (2008), para os economistas ortodoxos, o desenvolvimento seria um conceito redundante. Mas, como explica Furtado (1967, p.74), "o desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a".

Por outro lado, a partir do final de 1960, iniciou-se uma discussão, no debate norte-americano, sobre o paradoxo entre o modelo de crescimento econômico vigente no sistema capitalista e a preservação ambiental, justamente, em decorrência da observação que, um modelo de desenvolvimento, alicerçado na racionalidade econômica, passou a gerar desigualdades sociais e degradação ambiental. Daí buscou-se desenvolver o conceito de um desenvolvimento que fosse sustentável, um modelo que pensa na solidariedade entre as gerações e se baseia em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (LEFF, 2006; BRESSER-PEREIRA, 2008; VEIGA, 2008).

Por sua vez, a partir da década de 1970, no âmbito da situação econômica, iniciou-se substanciais alterações no ritmo do modo de produção capitalista. Até então, vigorava o modelo produtivo fordista, este que, se caracterizava pela utilização de energia barata, organização taylorista do processo de trabalho e consumo maciço. Apoiado pelo ideário Keynesiano, onde, em consequência deste, o

Estado de Bem Estar Social atuava como organizador e construtor do paradigma produtivo fordista, acumulando numerosas funções produtivas diretas, conforme ressalta Pontes (2006). Portanto, enquanto vigorava o Regime de Acumulação Fordista e o Modo de Regulação Keynesiano "os grandes complexos industriais verticalmente integrados se tornaram o modelo produtivo de referência e sinônimo de modernidade e competitividade" (COSTA, 2010, p. 227).

Contudo, em decorrência do encarecimento de alguns fatores de produção chaves (como é o caso do petróleo) e a incapacidade do setor tecnológico fordista para reagir a essas alterações, culminou na crise profunda da taxa de lucro no setor industrial e, portanto, gerou limitações na reprodução do modelo fordista (PONTES, 2006). Nesse contexto, nem as novas tecnologias que, a princípio, passaram a operar como tentativa para a saída da crise do modelo fordista, obtiveram êxito. Na verdade, demonstraram o esgotamento do modelo e a necessidade de superação. Em outras palavras, essas novas tecnologias demandavam uma nova organização trabalhista e alterações profundas nos hábitos de consumo.

Portanto, nesse cenário, como destaca Pontes (2006), era preciso flexibilização em vários âmbitos, desde o nível dos bens de capital, dos produtos, do volume a produzir, das formas de produção, das conexões interpessoais, do controle da força de trabalho e, principalmente, com surgimento do Regime de acumulação flexível exigia-se uma mudança na concepção de intervenção do Estado na economia.

Por sua vez, como explica Costa (2010) com o colapso do Regime de Acumulação Fordista e o Modo de Regulação Keynesiano, na década de 1970, o estudo dos "novos espaços produtivos" passaram de uma posição secundária para uma posição central no debate econômico atual, ao passo que, surgia, um novo modo de regulação e um novo regime de acumulação: o Sistema Industrial Pós-moderno, mais comumente denominado de Regime de Acumulação Flexível, e a Nova Ordem Econômica Internacional (Noei), regida pelos princípios do neoliberalismo e da globalização. Assim, como enfatiza Pontes (2006) enquanto no modelo fordista, as suas características (como grandes empresas para aproveitar as economias de escala) levaram a concertação técnica da produção e, por consequência, a concentração espacial, na fase de acumulação flexível passou-se a dar ênfase nas localidades como forma de sobrevivência do próprio sistema capitalista.

Por outro lado, no âmbito teórico, tais transformações conjunturais acabaram influenciando o surgimento de um segmento de teóricos que passaram a considerar em seus estudos, como fundamentais, variáveis, antes negligenciados pelas teorias precedentes do desenvolvimento, como: cultura, instituições, capital social e capacidade de governança das comunidades locais. Desse modo, surge a Teoria do Desenvolvimento Econômico Endógeno (Desenvolvimento Local) e como ressalta Costa (2010), é neste contexto que os territórios e as aglomerações de empresas acabam emergindo como focos importantes de políticas públicas.

Desse modo, no debate atual, há destaque para o denominado desenvolvimento local, levando em consideração as capacidades e potencialidades locais como possíveis vantagens competitivas para a promoção do desenvolvimento local. Em outras palavras, o desenvolvimento local seria "um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos" (BUARQUE, 2008, p.25).

Boa parte da literatura⁵ acerca do desenvolvimento local sugere a possibilidade de consolidação de um novo padrão de desenvolvimento alicerçado totalmente no âmbito local e dependendo apenas da força de vontade dos agentes empreendedores que mobilizados iriam trabalhar as potencialidades endógenas de qualquer localidade. Em suma, no Brasil e no mundo, tem emergido, no presente debate, a concepção que a escala local tem poder ilimitado, como destaca Brandão (2012).

Contudo, o autor contra-argumenta que, deve-se levar em consideração os processos assimétricos em que um agente privilegiado detém poder de ditar, redesenhar, delimitar e negar domínio de ação a outro. Dessa forma, "a visão da endogenia exagerada, não reconhecendo essa complexidade social, deposita na conta dos atores sociais de um determinado recorte territorial todos os requisitos de superação do subdesenvolvimento" (BRANDÃO, 2012, p. 50).

Em oposição à boa parte da literatura especializada, assim como Brandão (2012), França e Filho (2008) ressaltam que, o reconhecimento do papel importante, porém limitado, das forças locais, diante do cenário global, traz como consequência o indispensável papel do Estado na formulação e implementação de políticas em prol do desenvolvimento; pois, como também enfatiza Albuquerque e Zapata (2008),

⁵ Para se aprofundar cabe indicar a obra de Brandão (2012), que faz uma consistente revisão de literatura dos teóricos do Desenvolvimento Local.

a presença da gestão pública local, nas alianças para o desenvolvimento local é importante para proporcionar uma perspectiva de longo prazo mais ampla do que a existente nos setores empresariais subordinados a racionalidade econômica e, portanto, centrados na busca de lucros imediatos.

Por outro lado, dentro de cenário de reestruturação produtiva, e, portanto, com o processo de descentralização produtiva e recentralização do controle sobre os fluxos de capitais, mercadorias e informações e, por conseguinte, com a constituição de novas hierarquias urbanas e territoriais e, em meio ao debate sobre as estratégias de desenvolvimento local, tem emergido o fenômeno de redefinição do papel das cidades. Como explica Compans (1999): "a emergência de uma nova economia de fluxos conferiria às cidades as funções de comando e produção de serviços altamente especializados, requeridos para o monitoramento dos investimentos realizados no exterior pelas grandes corporações internacionais". Nesse sentido, se faz importante compreender melhor acerca desse novo urbano, tema a ser discutido no próximo tópico.

O novo urbano: a cidade-mercadoria

Com o crescimento da adesão ao conceito de desenvolvimento local e, por conseguinte, na busca por fomentar as potencialidades de certas cidades/locais, muitos gestores e especialistas têm visto na renovação e/ou revitalização do espaço público um mecanismo para esses locais se destacarem no cenário competitivo global, com o aparente objetivo de gerar o desenvolvimento da região/local.

Conforme Teobaldo (2010), nos últimos anos observa-se que os processos e projetos de urbanização das cidades estão se subordinando a uma lógica orientada pelos imperativos de mercado, culminando na concorrência entre as cidades. Em outros termos, de acordo com o autor, o "novo urbanismo" é visto como "novo globalismo" tornando-se uma mercadoria comum do marketing territorial.

Assim, no processo de transformação do espaço em mercadoria, como enfatiza Sánchez (2010, p. 44): "o espaço abstrato - o espaço do valor de troca - se impõe sobre o espaço concreto da vida cotidiana - o espaço do valor de uso". Em outros termos, como ressalta Carlos (2015), o espaço ganhou recentemente um sentido diferente dos momentos anteriores da história de sua produção, uma vez que, no processo de mundialização, que delineia a relação global/local, redefine-se o papel da cidade como mediadora necessária desse processo como uma exigência

para o seu desenvolvimento e que vai determinar um novo papel do espaço na acumulação do capital. Como explica Carlos (2015), o espaço tem sido de extrema importância para o sistema capitalista, como condição de produção, onde, primeiro o espaço foi usado como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reproduzível, o que abriu perspectiva para um novo ciclo de acumulação.

Como destaca Lefebvre (1972, p. 160-161 apud SÁNCHEZ, 2010, p. 43):

El capitalismo parece agotarse. Ha encontrado una nueva inspiración en la conquista del espacio en esta especulación inmobiliaria, en las grandes obras (dentro y fuera de las ciudades) en la compra y venta del espacio: y esto a escala mundial [...] La estrategia tiene mucho más alcance que la sola venta del espacio, parcela por parcela. No se limita a introducir el espacio y la producción de la plus-valía; pretende operar una completa reorganización de la protección subordinada a los centros de información y de decisión.

E mais, vale frisar que o espaço torna-se mercadoria na passagem da hegemonia do capital produtivo industrial para o capital financeiro, e entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de outros setores da economia, em crise, com a meta de ampliar as possibilidades de acumulação (TEOBALDO, 2010; CARLOS, 2015). E nesse contexto de busca do sistema capitalista por sua sobrevivência, mediante a aceleração da acumulação de capital, encontra-se no discurso do desenvolvimento local uma justificação para transformar o local (cidade) em mercadoria, sob o discurso que, na economia globalizada, é uma condição sine qua non para a sobrevivência das cidades as colocar "no mapa do mundo", usando-se da expressão proferida por Sánchez (2010).

Assim, como destaca Sánchez (2010), de acordo com alguns autores os atributos locais e as qualidades urbanas devem ser ordenados em arranjos próprios para cada tipo de "mercado de cidades". Desse modo:

Haveria várias cidades para serem "vendidas" de acordo com os diversos mercados: mercado cultural, mercado financeiro internacional, mercado de turismo urbano, mercado das corporações multinacionais, mercado dos organismos Internacionais, mercado de consumo de alto padrão (SÁNCHEZ, 2010, p. 59).

Assim, em consonância com a teoria do desenvolvimento local, como destaca Compans (1999), a cidade, a partir da interpretação das dinâmicas econômicas dominantes e das possibilidades de nichos de mercado que possam ser utilizadas para sua inserção competitiva nas redes dos fluxos dos capitais internacionais, encontra nas transformações, tanto políticas e institucionais quanto físicas,

condições para melhor “vender a cidade” no contexto de uma competição interurbana impulsionada pela globalização.

Em outras palavras, as cidades são transformadas em empresas que, conforme suas potencialidades locais se inserem em nichos de mercados e, para tal, as políticas urbanas dominantes assumem, explicitamente, um caráter gerencial, legitimadas pelo discurso da competitividade inerente ao sistema capitalista. Logo, para inserção econômica das localidades (cidades) nos fluxos globais, a cidade passou a ser "vendida" dentro das políticas do Estado. E nesse contexto, o city marketing vem se apresentando como instrumento central das políticas urbanas em algumas cidades do Planeta, como é o caso das cidades da América Latina, onde, em decorrência da dependência financeira com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial acabam desenvolvendo seus projetos de cidade em função das "recomendações" dessas instituições financeiras que, por sua vez, estão em sintonia com os interesses dos capitais globais (TEOBALDO, 2010; SÁNCHEZ, 2001; 2010).

As renovações urbanas seguindo a lógica de atrair fluxos de capitais internacionais se apresentam, aparentemente, como um fator endógeno de desenvolvimento. Mas, como diz aquele ditado popular: nem tudo que reluz é ouro, a partir de uma análise além da aparência e dos "belos" discursos, verifica-se algumas incongruências entre o discurso do desenvolvimento local e a "inserção das cidades no mapa do mundo".

Portanto, embora esse discurso de fomentar o desenvolvimento das vocações locais para a inserção competitiva da localidade, no cenário globalizante, aparenta estar em sintonia com a teoria do desenvolvimento local (endógeno), na essência, essas cidades "renovadas" e/ou "revitalizadas" estão passando por uma adequação à imagem e semelhança das cidades-modelos, onde, na maioria das vezes, não se está respeitando as especificidades de suas histórias. Em outros termos, como enfatiza Carlos (2015), a gestão local urbana, com o apoio essencial da mídia, vai determinando novos padrões que se impõem de fora para dentro, culminando assim, em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, portanto, indo de encontro com a lógica de fomentar as vocações locais.

Assim, embora, dentro das teorias do desenvolvimento local haja diversas percepções de como fomentar as potencialidades locais⁶, esses teóricos têm em comum a visão que para se alcançar o desenvolvimento não se deve importar modelos de desenvolvimento, como ocorreu no período do paradigma fordista-Keynesiano, e sim, buscar estratégias de fomentar as vocações locais, essas imersas em contextos históricos, climáticos e culturais próprios. Em suma, desenvolvimento local e cidade-mercadoria são categorias aparentemente congruentes, mas na essência, incongruentes.

Como salienta Sánchez (2001; 2010), ao se analisar diversas publicações e documentos das agências de cooperação e instituições multilaterais, verifica-se um grande esforço em difundir os chamados “modelos” de cidades a serem copiadas e seu ideário:

Dentre os quais destacamos, por exemplo, para o chamado “modelo-Barcelona”, a obra *Barcelona: un modelo de transformación urbana* publicada pelo Ayuntamiento de Barcelona e Oficina Regional para América Latina e Caribe do Programa de Gestão Urbana das Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Banco Mundial. Já para o caso do “modelo-Curitiba”, neste texto também focalizado, é notável a seqüência de premiações outorgadas à Prefeitura Municipal pelas mesmas agências, além de destaques em seus relatórios anuais e numerosos artigos de difusão internacional elaborados por consultores do Banco Mundial e da ONU (SÁNCHEZ, 2001, p.32).

Nesse sentido, tais cidades modelos apresentam uma imagem síntese, por exemplo, Curitiba, conhecida como “a melhor cidade para os negócios”, João Pessoa: a cidade, onde o sol nasce primeiro e Campina Grande: “cidade do maior São João do Mundo”. Conforme Sánchez (2001), como parte das estratégias especiais de promoção das cidades, são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, isto é, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade.

E como salienta a autora, nos casos das cidades de Curitiba e de Barcelona, a mobilização política para a reestruturação das respectivas cidades se deu em decorrência do desenvolvimento, nos moradores das cidades, da noção de pertencimento ao lugar, estimulado pelos “projetos de cidade” em curso. Por outro lado, a construção de uma imagem síntese dessas cidades mencionadas e de outras que passaram e passam pelo processo de “reestruturação urbana”

⁶ Dentre elas, alguns especialistas enfatizam apenas a ação empreendedora dos agentes locais (ênfase no capital social) e outros defendem o papel do Estado mediando as ações dos agentes locais com o resto do mundo. Para mais detalhes ver Brandão (2012).

apresentam uma consequência extremamente negativa: gerar a impossibilidade de existência de outras imagens e de outras leituras, ou seja, retira-se da cidade o que lhe é politicamente essencial: "a multiplicidade enquanto coexistência e possibilidade de conflito, de exercício da política". Portanto, "[...] ações para potencializar o consenso e esvaziar o dissenso são desenvolvidas para assegurar a viabilidade do projeto modernizador" (SÁNCHEZ, 2001, p.37).

E nesse cenário, a espetacularização das cidades surge como resultado, vindo de planos internacionalizados, ou melhor dizendo, do chamado planejamento urbano estratégico, que em grande medida passa a desconsiderar as necessidades do desenvolvimento urbano local, justamente, em prol da promoção da espetacularização socioespacial urbana e culminando em cidades cada vez mais semelhantes e desconsiderando aspectos regionais de cada uma delas. Posto isto, faz-se interessante analisar, com mais detalhe, esse fenômeno oriundo da cidade-mercadoria. Então, no último tópico deste ensaio buscou-se trazer uma análise sobre os efeitos socioambientais trazidos pela espetacularização das cidades, com ênfase no seu desdobramento mais recente, a saber: a espetacularização vertical das cidades.

Consequências da cidade-mercadoria: o espetáculo das cidades

De acordo com Jacques (2003), a crítica à espetacularização das cidades surge basicamente a partir da década de 1960, marcada pelo movimento de contra cultura europeu, sob uma guisa revolucionária, que dentre diversas pautas, questionavam a acentuação do desenvolvimento contemporâneo sob a égide da globalização, denunciando seu caráter alienador e uniformizador da cultura, da economia e das sociedades. Para o movimento, a globalização dos mercados implicaria uma elevação substancial da concorrência entre todos os produtores mundiais de cultura, tendendo para uma cultura uniformizada pela cultura dominante.

Ainda de acordo com o autor supracitado a espetacularização urbana se daria, inicialmente, por um processo de embelezamento ou modernização das cidades, onde se começam a moldar as imagens urbanas, em seguida inicia-se o processo de comercialização de tais imagens e, mais especificamente, o autor afirma que na atualidade o que se vende é a marca da cidade, via processo de

marketing urbano, onde, muitas vezes o argumento de promoção à cultura local é utilizado na verdade para a promoção à especulação imobiliária (JACQUES, 2005).

No Brasil, as cidades passaram por um processo de embelezamento entre o século XIX e meados do século XX, mais especificamente, até 1940, acompanhado de segregação espacial, uma vez que, foi comum às grandes e médias cidades, a expulsão (por meio de diversos planos urbanos, expressos em leis), das regiões centrais, dos antigos moradores, em sua maioria, famílias pobres, que passaram a residir nas periferias das cidades, em muitos momentos, realizando a autoconstrução das suas moradias e proliferando o fenômeno de favelização em consequência do custo de reprodução da força de trabalho não incluir o custo da mercadoria habitação que era/é estipulado pelo mercado imobiliário, ou seja, a grande maioria dos trabalhadores brasileiros não ganhavam/ganham o suficiente para pagar o preço da moradia do mercado formal (MARICATO, 2000).

Assim, em outros termos, como destaca Maricato (2000) foi sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro e, paradoxalmente, foi no período de 1970 e 1980, que as grandes cidades brasileiras mais cresceram fora da lei (as favelas), justamente, no período em que houve a implantação do primeiro e único sistema nacional de planejamento urbano e municipal e o crescimento da produção acadêmica sobre o tema⁷.

Embora o fenômeno da favelização no Brasil seja uma consequência da transformação do espaço em mercadoria reprodutível, esta é uma problemática que requer atenção particular e diante da limitação de espaço não vamos aqui nos deter. Por outro lado, cabe destacar que a favelização no Brasil é a contrapartida do fenômeno de espetacularização urbana, ou seja, ambos são modelos da cidade-mercadoria, o primeiro é o lugar dos excluídos no processo de "inserção das cidades no mapa do mundo" e, por sua vez, a espetacularização nas cidades se referem ao lugar dos que excluem, onde, a cultura e a renovação urbana são utilizadas como ferramentas de valorização do solo e que propiciam a ampliação de movimentação nas áreas recriadas com a proposta de espaços públicos ou acessíveis, quando, na realidade, configuram-se como áreas de atração de investimento.

Nesse cenário, a mídia, em seu papel de mediadora entre os cidadãos e a cidade, é estratégica para os governos locais, pois realiza a espetacularização da

⁷ Como destaca a autora, no Brasil até 1980 vigoravam diversos planos diretores, que na verdade, tinham sido, em sua maioria, elaborados por especialistas que não levaram em consideração a realidade sociocultural local e muitos deles nem foram colocados em prática. Tal situação mudou com a obrigatoriedade de execução do Planos diretores em todas as cidades com mais de 20 mil habitantes assegurada pela Constituição Federal de 1988.

cidade, produzindo signos de bem-estar e satisfação no consumo dos espaços de lazer, criando os usos considerados “adequados”. Em outras palavras, além do papel importante do poder público local em colocar em prática os modelos de políticas urbanas baseados na lógica da cidade-mercadoria, vale destacar o papel da mídia e das políticas de city marketing, que têm se apresentado como importantes instrumentos de difusão e afirmação das imagens-sínteses e adequação do local de acordo com as cidades-modelo (SÁNCHEZ, 2001; TEOBALDO, 2010; CARLOS, 2015).

Em outras palavras, a cidade do espetáculo passa a adquirir contornos de mercadoria com a promoção da requalificação do espaço urbano com investimentos em obras de infraestrutura e a criação de “espaços” seletivos de consumo, e de habitações que veem acompanhadas de diferenciais competitivos de cunho ambiental, histórico e cultural, baseado em uma arquitetura espetacular, deixando, em muitos casos, de se pensar o ambiente urbano sob a ótica da sua funcionalidade e ampliando em grande medida o processo desigual de ocupação do solo urbano.

No espaço do espetáculo tudo se negocia, surge uma teatralização da vida pública, contudo, as profundas transformações na configuração espacial, bem como a reorganização de determinados nichos da sociedade, promovem problemas de ordem social como o da gentrificação, ou mesmo de ordem ambiental como alterações na paisagem natural e intervenções climáticas, que em grande medida, passam a ser negligenciadas pelos planos políticos de urbanização municipais (TEOBALDO, 2010).

No âmbito da construção de cidades espetáculos, como alerta Teobaldo (2010), é comum observar as promessas aos cidadãos da recuperação de uma suposta vida local, com o argumento de melhorar a infraestrutura dos espaços públicos, com uso de alta tecnologia, seguindo os “padrões éticos e estéticos da mundialização”. E acrescenta que, surge assim, um paradoxo “entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer” (ARANTES, 2007, p.26 apud TEOBALDO, 2010, p. 143). Portanto, o que predomina é o beneficiamento e valorização ao capital, em detrimento das necessidades humanas mediante o uso e a ocupação do solo urbano.

Dentro desse contexto, cabe destacar a crescente espetacularização imobiliária em seu formato mais arrojado: o vertical, ou seja, a presença de edifícios no âmbito do contexto da paisagem urbana vem se destacando ao longo dos últimos

anos em meio ao processo de planejamento e desenvolvimento das cidades, fruto, em grande medida, do uso intensivo do espaço urbano em resposta às demandas ascendentes do elevado contingente populacional, que passaram a residir na zona urbana, provocando assim, o adensamento urbano vertical (COSTA, 2013; SILVA, 2012).

O processo de verticalização, apreendido como o processo de construção de edifícios de 4 pavimentos ou mais, conforme discute Mendes (1992), representa uma das características simbólicas da urbanização brasileira, ou seja, a urbanização possui como um de seus símbolos, o processo de verticalização. Segundo Souza (1994, p.129), "[...] é uma especificidade da urbanização brasileira". Em nenhum lugar do mundo o fenômeno se apresenta como no Brasil. A autora afirma ainda que, em relação ao tipo de uso, o fenômeno tem destinação prioritária para a habitação. Assim, a cidade se transformou no lócus destacado da concentração, produção e reprodução do capital e da força de trabalho, onde, as transformações sócio-espaciais são reguladas pela lógica da acumulação de capital (MENDES, 2009).

A intensificação da verticalização urbana em algumas cidades médias brasileiras, a partir da década de 1980, e 30 anos antes, nas grandes cidades, tem contribuído para construção fragmentada de uma cidade com espaços cada vez mais autossegregados. Como explica Maia et al. (2012), ao analisar as desigualdades socioespaciais expressas no habitar, a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial é "produzida pela dialética entre o 'mercado da violência' e o 'mercado da segurança'.

Particularmente, essa consequência de tratar condomínios, verticais ou horizontais, como a solução para o problema crescente da violência, no qual, usando-se do marketing vende-se um "estilo de vida segura" culmina em um grave problema para as cidades: a acentuação da separação dos indivíduos por classes e atrás de muros, e portanto, retirando a multiplicidade enquanto coexistência e possibilidade de conflito e de empatia por alguém que não é seu semelhante. Características estas, próprias das cidades e da democracia, onde, em tese, o bem-estar coletivo prevalece e não de grupos.

Outro efeito colateral promovido pela proliferação dos condomínios é a evasão das ruas, com receio da violência. Assim, se apresentando como um paliativo para o problema da violência urbana e, portanto, postergando a cobrança, por parte da população, ao poder público de medidas eficazes e sustentáveis que

possam levar a redução da violência, ao invés do "enclausuramento" dos cidadãos em suas habitações.

Por sua vez, segundo Costa (2001), a intensificação da verticalização tem afetado a infra-estrutura de certas áreas da cidade pela sobrecarga de uso dos serviços existentes. Isto tem trazido problemas de fornecimento de energia, de abastecimento de água e, principalmente, de estrangulamento do sistema de esgotamento sanitário nas áreas dotadas desse fenômeno. Como essa infra-estrutura não foi ampliada para atender ao crescimento da demanda provocada pela verticalização, a sua superutilização só tem contribuído para provocar, muitas vezes, um colapso no sistema e para aumentar os índices de poluição do estuário e das praias urbanas da cidade, aumentando, com isto, os riscos de saúde da população.

Ainda de acordo com o autor supramencionado, os prédios, mesmo com bons projetos de arquitetura e atendendo aos conceitos ecológicos, principalmente, na redução do consumo de energia, funcionam como quebra-vento do processo de ventilação natural. As áreas posteriores às barreiras ficam sujeitas às zonas de baixa pressão e de insuficiente ventilação natural, baixa velocidade de evaporação e, conseqüentemente, sofrem aumento significativo da temperatura. As áreas ficam mais tempo úmidas, aumentando a probabilidade de proliferação dos mosquitos, em especial, o *Aedes aegypti* (transmissor da dengue).

Conforme Mello (2007), ao realizar um estudo das transformações programáticas e arquitetônicas em edifícios residenciais multifamiliares, um problema ambiental urbano bastante comum é o fenômeno das ilhas de calor que ocorre nas regiões centrais das grandes cidades e se formam atrás dos altos edifícios. Já se constatou em alguns estudos, a elevação de temperaturas de até 4°C. É por isso que as regiões centrais ou muito urbanizadas estão sempre mais quentes que o restante da cidade.

De modo geral, a construção de prédios aumenta o adensamento, tais como: da população, do número de veículos e da circulação; e, conseqüentemente, gerando maiores conflitos com os pedestres nas áreas de lazer, jardins e calçadas da cidade; além de aumento da concentração de CO₂ (dióxido de carbono), da poeira e do material particulado em suspensão. As vias públicas teriam que ser redimensionadas para ampliação da largura dos leitos carroçáveis e dos passeios para pedestres, pois tais vias não foram projetadas para oferecer suporte à ocupação verticalizada. Em cidades históricas, devido a pouca distância entre as

áreas verticalizadas, a construção de altos edifícios provoca significativos impactos paisagísticos, escondendo as fachadas, sineiras e torres de antigas igrejas.

Por outro lado, de acordo com Neto (2006), na contemporaneidade, residir em edifícios está relacionado diretamente com sonhos e ideários de status social, que, em grande medida, passam a ser medidos e/ou caracterizados de acordo com os atributos embutidos nos mais estilosos arranha-céus que compõe as novas paisagens urbanas na atualidade, ou seja, para o autor, a espetacularização dos imóveis se dá, justamente, pelas suas características arquitetônicas, associadas aos diferenciais competitivos ofertados e acoplados aos edifícios, como, por exemplo, áreas de lazer. Soma-se a isto ainda, o fato do edifício estar próximo a equipamentos urbanos, que em sua perspectiva caracterizam-se como elementos que valorizam a área onde situa-se o empreendimento. o autor, toda a encenação que compõe a arte do espetáculo urbano do se viver e morar é respaldada e retroalimentada pela forte atuação do marketing, da publicidade e da mídia.

Nesse sentido, os caminhos para a manutenção da crescente espetacularização imobiliária vertical seria perseguido por estratégias de marketing que explorariam valores externos ao objeto arquitetônico, como por exemplo, a localização e atributos paisagísticos, com o intuito de valorizar o imóvel. Por outro lado, seriam exploradas estratégias através da dimensão simbólica e das características dos apartamentos que, especialmente, estariam relacionados, as dimensões da área, ao conforto, ao lazer e a segurança e status social (LOUREIRO; AMORIN, 2005).

Na visão de Rolnik e Nakano (2009) a presença de moradias está indissociável do contexto da cidade, para estes, construir moradias é produzir cidades. Assim, observa-se que a atual e crescente dinâmica da espetacularização urbanas expressa, sobretudo, através dos ideários dos edifícios espetaculares, promovem impactos nas condições de vida, na instituição ou destituição de direitos sociais, no ordenamento territorial e no funcionamento das cidades, desconsiderando-se, em grande medida, planejamentos e políticas públicas urbanas que contemplem as necessidades sócio-espaciais dos agentes coletivos, de modo que o beneficiamento e valorização ao capital são priorizados, em detrimento das necessidades humanas mediante o uso e a ocupação do solo urbano.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo compreender a essência da interface entre o novo paradigma de desenvolvimento, com ênfase no local, e o novo urbano, este que, está alicerçado no conceito de cidade-mercadoria; desse modo, buscou-se também, compreender as principais consequências socioambientais desse novo urbano espetacularizado. A partir disso, foi constatado que, o novo paradigma do desenvolvimento e o novo urbano surgem em decorrência do colapso do Regime de Acumulação Fordista e do Modo de Regulação Keynesiano na década de 1970, e, por conseguinte, com o surgimento do modelo de acumulação flexível, quando passou-se a dar ênfase nas localidades como forma de sobrevivência do próprio sistema capitalista. Assim, o espaço se transformou em mercadoria e as cidades passaram a ter outras funções a medida que o capitalismo estava buscando novas formas de elevar sua acumulação.

Portanto, no âmbito teórico, tais transformações conjunturais acabaram influenciando o surgimento de um segmento de teóricos que passaram a enfatizar o fomento das vocações locais como estratégia para o desenvolvimento local. Surgindo assim, a Teoria do Desenvolvimento Econômico Endógeno (Desenvolvimento Local). Nesse sentido, vimos que tal argumento tem sido usado, nos últimos anos, nos processos e projetos de urbanização das cidades, dentro da lógica de as transformar em mercadoria, sob o discurso que, na economia globalizada, é uma condição sine qua non para a sobrevivência das cidades as colocar "no mapa do mundo".

Contudo, concluímos que, desenvolvimento local e a cidade-mercadoria são categorias aparentemente congruentes, mas na essência, incongruentes. Assim, embora esse discurso de fomentar o desenvolvimento das vocações locais para a inserção competitiva da localidade no cenário globalizante aparenta estar em sintonia com a teoria do desenvolvimento local (endógeno), na essência, essas cidades "renovadas" e/ou "revitalizadas" estão passando por uma adequação à imagem e semelhança das cidades-modelos, onde, na maioria das vezes não se está respeitando as especificidades de suas histórias. E nesse cenário o capital tem o apoio da gestão local urbana, e, principalmente da mídia que, juntas, determinam novos padrões que se impõem de fora para dentro, culminando assim, em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, portanto, indo de encontro com a lógica de fomentar as vocações locais e respeito as especificidades das cidades, como preconiza a teoria do desenvolvimento local.

Por outro lado, assim como a teoria do desenvolvimento local defende o cultivo nos agentes locais da noção de pertencimento, a cidade-mercadoria se utiliza deste conceito para que os cidadãos locais apoiem os projetos de reestruturação urbana, embora, estes, ao apoiarem esses projetos, não percebem que muitos dos motivos (por exemplo, praças ou outros elementos do espaço urbano) que os fazem desenvolver a noção de pertencimento não existirão mais após a conclusão da reestruturação urbana. Ou seja, vimos que, no âmbito da construção de cidades espetáculos é comum observar as promessas aos cidadãos da recuperação de uma suposta vida local, com o argumento de melhorar a infraestrutura dos espaços públicos, seguindo os "padrões éticos e estéticos da mundialização"; contudo, na verdade, o que predomina é o beneficiamento e valorização ao capital, em detrimento das necessidades humanas mediante o uso e a ocupação do solo urbano.

E nesse cenário, também concluimos que, a espetacularização das cidades surge como resultado de planos internacionalizados, ou melhor dizendo, do chamado planejamento urbano estratégico, que em grande medida passam a desconsiderar as necessidades do desenvolvimento urbano local, justamente, em prol da adequação as exigências mundiais e culminando em cidades cada vez mais semelhantes e desconsiderando aspectos regionais de cada uma delas. Sendo esta, uma consequência extremamente negativa da cidade-mercadoria: a impossibilidade de existência de outras imagens e de outras leituras, ou seja, retira-se da cidade o que lhe é politicamente essencial: "a multiplicidade enquanto coexistência e possibilidade de conflito, de exercício da política".

Por fim, concluimos que, particularmente, os processos de espetacularização vertical têm se apresentado como propostas que são decididas muitas vezes, politicamente e não tecnicamente; promovendo assim, a geração e/ou ampliação de problemas de ordem socioambientais, como, por exemplo, no âmbito do meio ambiente: a elevação do adensamento da população, do número de veículos e da circulação; aumento da concentração de CO₂ (dióxido de carbono), da poeira e do material particulado em suspensão, o esgotamento das ofertas básicas de serviços como, por exemplo, o estrangulamento do sistema de esgotamento sanitário e problemas com o fornecimento de energia.

Por sua vez, no âmbito social tem se apresentado como um paliativo para o problema da violência, gerando assim, a evasão das ruas, e culminando, na convivência "normal" da população com a violência mediante o "enclausuramento"

dos cidadãos (que podem pagar) em suas habitações que agora tem parques, piscinas, acadêmicas e alguns até supermercados, no interior de enormes muros. Desse modo, tem elevado ainda mais a segregação especial, isto é, tem acentuado a divisão entre classes e reduzindo o convívio entre os diversos segmentos da sociedade.

Assim, a espetacularização urbana vertical, e a espetacularização da cidade como um todo são mais problemas de uso e ocupação do solo urbano. Logo, submetido a lógica do capital, o discurso do espetáculo tem iludido os cidadãos locais sob o argumento falacioso de promoção do desenvolvimento local, quando, são poucos os que se beneficiam com a reestruturação urbana do espetáculo, pois nem tudo que reluz é ouro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F; ZAPATA, T. Importância de Estratégia de Desenvolvimento Local/Territorial. In: **Políticas para o Desenvolvimento Local**. DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Márcio (Orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e global. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de Desenvolvimento Econômico. **Escola de Economia de São Paulo - EESP/FGV**, 19 dez. 2006. (Texto para Discussão, n. 157). Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/10438/1973/1/TD157.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

_____. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Jun. 2008. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Disponível: <<http://www.bresserpereira.org.br>>. Acesso em: maio 2015.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 4 ed.

CARLOS, A. F. A. A reprodução do espaço urbano como momento da Acumulação capitalista. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). **Crise Urbana**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 25-36. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://editoracontexto.com.br/downloads/dl/file/id/1711/crise_urbana_primeiro_capitulo.pdf&ved=0ahUKEwj3yPCSzZbOAhVCIJAKHXc2CQIQFggbMAA&usq=AFQjCNFiN5HjxnUR1BrylOOO9inG61aOx&sig2=rW0GDVAcguAnjr85kK4YHA>. Acesso em: jul. 2016.

COMPANS, R. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, maio 1999, p. 91-114.

COSTA, A. A. da. **A verticalização de Natal**: elemento de transformações sócio-espaciais. 2001. 15 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, 2001.

COSTA, E. J. M. da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Mais Gráfica Editora, Brasília, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/THAIS%20MARCULINO/Downloads/Livro_APL.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

COSTA, B. L. **Estruturação da cidade de Campina Grande**: as estratégias e intencionalidades do mercado imobiliário. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2013.

FRANÇA, C. L. de., FILHO, R. G. **Políticas Institucionais para o fomento ao desenvolvimento local**. In: **Políticas para o Desenvolvimento Local**. DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Márcio (Orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. 355 p.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica/ E.K. Hunt, Howard J. Sherman; tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 -5ª reimpressão.

JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?. **RUA. Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Salvador, v. 8, 2003. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>> Acesso em: jul. 2016.

_____. Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. Caminhos alternativos à espetacularização das cidades. **Revista Arquitectos** (UFRGS), Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_77_Paola%20Bereinstein%20Jacques.pdf> Acesso em: jul. 2016.

LEFF, E. **A Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de: Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. Cap. 5.

MAIA, D. et al. Campina Grande: Dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e transformações. 2012. In: ELIAS, D., SPOSITO, M.E.B. e SOARES, B.R. (orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**. Campina Grande e Londrina. São Paulo: Outras Expressões.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.).

A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p.121-198.

MENDES, C. M. **O edifício no jardim:** *um plano destruído a verticalização em Maringá*. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MENDES, C. M.; TÖWS, R. L. (Org.). **A geografia da verticalização em algumas cidades médias no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2009.

MELLO, F. de. **A verticalização em Belém do Pará:** Um estudo das transformações programáticas e arquitetônicas em edifícios residenciais multifamiliares. 2007. 163p. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

NETO, H. F. **O marketing e a espetacularização urbanística**. In: Seminário Internacional de Planejamento Urbano no Brasil e na Europa, 2006, Florianópolis. Seminário. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT10-218-51-20080521113611.pdf>> Acesso em: jul. 2016.

PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, R. de; GENNARI, A. M. **História do Pensamento Econômico**. 1ª ed. 2008. Saraiva.

OREIRO, José Luís. **Progresso tecnológico, crescimento econômico e as diferenças internacionais nas taxas de crescimento da renda per capita:** Uma crítica aos modelos neoclássicos de crescimento. Economia e Sociedade, Campinas, p. 41-67, jun. 1999. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=488&tp=a>. Acesso em: abr. 2015.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. **As armadilhas do pacote habitacional**. Revista Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo. 2009.

SACHS, I. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

Disponível em:

<<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf&ved=0ahUKEwjH4eev0ZbOAhVDOZAKHXZxCh4QFgIsATAc&usq=AFQjCNGZNgZbEAz0LiR0ieFWUvjnWrD5yw&sig2=vMOEN-DyNWmHLGHvRU3QHw>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2ªed. Chapecó (SC): Argos, 2010, p. 15-136.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. ISBN 85-351-0915-3.

SILVA, C. S. **Processo de verticalização da cidade de Campina Grande-PB**: Um crescente processo na urbanização e no Desenvolvimento. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - PB, 2012.

SOUZA, M. A. A. de. **A Identidade da Metrópole**: A Verticalização em São Paulo. São Paulo: HUCJTEC: EDUSP, 1994.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

TEOBALDO, I. N. C. A cidade espetáculo: efeito da globalização. Sociologia: **Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, v. XX, 2010, pág. 137-148.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Thayse Andreza Oliveira Do Bu - Concepção. Participação ativa da discussão da análise dos resultados. Elaboração do manuscrito e revisão.

Tháís Marculino da Silva - Participação ativa da discussão da análise dos resultados. Participação na elaboração do manuscrito.

Angela Maria Cavalcanti Ramalho – Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 10-09-2018

Aprovado em: 19-10-2018